

A Ideologia em sua perspectiva categorial e o Serviço Social brasileiro: um debate necessário para a sustentação da intervenção profissional

Aline Justino, Leandro Nunes

Resumo: O artigo apresentado realizará análise preliminar da categoria ideologia, buscando compreender sua função social na intervenção profissional do/da assistente social. Apoiamos-nos na tese de György Lukács de que o complexo ideológico é mais do que uma “falsa consciência” do real, a ideologia possui a função específica de explicar as relações em sociedade. Partiremos dos escritos de Lukács, Eagleton, Löwy, Konder, Marx e Engels, entre outros. Analisaremos de forma introdutória a relação da ideologia enquanto função social e suas adições na intervenção profissional do/da assistente social. Concluimos que diante do contexto de agudização das contradições entre capital e trabalho, reafirmar a ideologia enquanto função social é necessário para que o profissional dê direção crítica e propositiva à sua intervenção com vistas a universalização dos direitos sociais e à emancipação humana.

Palavras Chaves: Ideologia, função social, serviço social.

Introdução

O senso comum reduz o entendimento de ideologia com “conjunto de idéias”, no entanto, não podemos reduzir uma categoria histórica e dialética a uma simples determinação passageira, é necessário que passemos a compreendê-la como um complexo da vida em sociedade que se funda a partir *do e no trabalho* que tem seus moldes na práxis humana, ou seja, a ideologia assume uma função específica: explicar as relações humanas em sociedade. Neste sentido, é necessário que busquemos sua apreensão a partir da teoria social marxiana. Para tal, retornaremos aos escritos de Marx e Engels e posteriormente a seus contemporâneos. Acreditamos que os diversos enfoques e concepções que circulam no “pantanos terreno” sobre o tema em questão, justificam a relevância das análises contidas neste artigo.

É importante destacar que não estamos partindo do princípio de que o Serviço Social é ideologia, como afirma Costa (1999). Partimos do princípio de que, enquanto força de trabalho assalariada, a/o assistente social em suas mais variadas “formas” de intervenção profissional, pode sim vir a contribuir na consciência de seus sujeitos demandatários, em sua busca pela emancipação humana, acesso aos direitos, etc. Diante deste contexto, assumir essa posição ideo-política da ação profissional é a possibilidade de uma intervenção profissional que vá para além do acesso aos direitos. Há uma tarefa coletiva a cumprirmos enquanto profissionais e enquanto sujeitos históricos que é a de pensarmos junto aos sujeitos, possibilidades para nossa emancipação humana. Cabe aqui mencionar autores do interior do Serviço Social que se dedicaram ao estudo do complexo da ideologia, que são eles; Marilda

Iamamoto, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Gilmaísa Macedo da Costa, Vicente de Paula Faleiros, Laura Tavares, entre outros.

1. **A ideologia em sua perspectiva categorial**

De acordo com Eagleton (1997, p. 65), o termo “logia” deriva do estudo ou ciência de um determinado fenômeno, porém como nos adverte o autor, fruto de um processo de inversão, as palavras terminadas com “logia” se transformaram mais em estudar o próprio fenômeno em detrimento da investigação sobre ele. Nas análises seguintes Eagleton nos diz que o termo “ideologia” tem seu bojo na passagem do século XVIII ao XIX, com o filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, ou mais precisamente nas ciências das idéias, como denominou Tracy, o autor se referia a uma parte do ramo da Zoologia que se destinava ao estudo do animal humano. Eagleton continua suas análises sobre o autor, Tracy era de linhagem nobre e renegou sua família ao se alistar e lutar junto aos representantes da burguesia na Revolução Francesa, Tracy se tornou “um caso clássico da transição gramsciana do intelectual ‘tradicional’ para o ‘orgânico’” (EAGLETON, 1997, p. 67-8), e revela que: “A noção de ideologia nasceu, portanto em condições inteiramente ideológicas: a ideologia pertencia a uma política racional, contrária à barbárie irracionalista do Terror”.

Tem-se a *Ideologia Alemã* como uma das principais obras em que Marx e Engels se dedicam ao estudo da ideologia, no texto Marx e Engels vão para além das críticas a Bruno Bauer e “terminam” por criticar a visão materialista de Ludwig Feuerbach, tal crítica se expressa com mais radicalidade nas 11 Teses sobre Feuerbach, e em especial na última tese, na qual Marx e Engels combatem a visão abstrata de mundo e propõem a defesa da luta de classes, dizem eles na tese em questão: “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 2009, p. 126). De acordo com Konder (2002, p. 40), a ideologia para Marx “era a expressão da incapacidade de cotejar as ideias como o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade”. Voltando as análises de Eagleton (1997), o surgimento do complexo da ideologia não “é um mero capítulo na história das idéias”, ele está intrinsecamente relacionado a luta entre as classes e a possibilidade da emancipação humana, aqui se repousa a ideia da ideologia enquanto função social que “explica” e intervém nas relações em sociedade.

A este conjunto de modos particulares de se portar em sociedade é que se constitui o complexo da ideologia. Tal posição faz com que Konder (2015, p. 59), faça um importante questionamento: “Enquanto o homem era menos humano do que propriamente *animal*, o que é que acontecia?” Para responder ao questionamento de Konder pensamos que seja importante irmos até Lukács (2013, p. 478):

... o que nos interessa aqui é apenas mostrar que muitos elementos da ideologia de algum modo já estavam presentes nos estágios mais iniciais do desenvolvimento social, que o surgimento dos antagonismos sociais, que passaram a ser enfrentados

e resolvidos ideologicamente, não precisou criar um instrumento totalmente novo para dar conta da nova necessidade, mas encontrou um rico legado de meios para isso, que ela obviamente reelaborou de modo a corresponder às novas tarefas. Na realidade, todavia, essa situação é ainda mais inequívoca. Com efeito, até os achados arqueológicos, particularmente os feitos nos túmulos, mostram que até mesmo a sociedade ainda não subdividida em classes era forçada a levantar e a resolver problemas especificamente ideológicos.

Sustentados pelos escritos de Eagleton (1997) e Konder (2002, 2015), podemos analisar que em Marx e Engels, o entendimento do complexo da ideologia provém de seus estudos sobre a alienação, mais precisamente tratados nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Entendendo que a alienação está “relacionada” (mas não só) ao processo de *reificação*, explicitamente estudado por Lukács em *História e Consciência de Classe* (2003), na obra em destaque o filósofo húngaro apresenta suas reflexões sobre reificação ao dissertar sobre o fetichismo da mercadoria, presente nos escritos d’*O Capital*. A reificação para o filósofo húngaro vai atingir seu mais elevado grau de manifestação com o desenvolver das relações de troca nas relações mercantis de intercâmbio de mercadorias, e mais precisamente, com maior veemência na relação de troca entre a força de trabalho (única capaz de criar mais-valia) com o possuidor dos meios de produção, e sendo assim, a classe trabalhadora vai de certa maneira, “entender” as mais variadas formas de sua relação com a natureza. O fenômeno da reificação irá aparecer também na teoria da pseudoconcreticidade de Karel Kosic (1976), no qual o ser toma a essência pelo fenômeno a mediação pelo imediatismo. No mundo da concentricidade em Kosic, a realidade social e as condições de existência do ser social, estão “subjugadas” aos ditames de uma falsa consciência, analisadas, pois, sob o prisma científico, ou seja, o positivismo.

Parece-nos que há uma tendência tanto em Lukács como em Kosic a uma “superação das limitações filosóficas oficiais, como das duas correntes opostas que se aproximam do “*Existencialismo e do Neopositivismo*”. (COSTA NETTO *apud* LIMA, 2011, p. 14). Neste sentido, ao escrever a sua grande ontologia, Lukács está relatando a sua apreensão do ser social e de seu movimento enquanto práxis humana, as formas de objetivação do ser social se situa em constante processo de transformação. Assim, ao se “assumir” enquanto ser humano alienado/estranhado, o ser social não mais vê os fenômenos sociais enquanto produto de suas próprias ações e projetos. Lukács teve sua aproximação com os textos de Marx ainda em juventude, no entanto, é mais precisamente na *Ontologia do Ser Social*, no capítulo “O ideal e a ideologia” que ele vai se deter a estudar o complexo da ideologia. Conforme nos alerta Lessa (2015), em Lukács a problemática de se referir a ideologia enquanto falsa consciência do real, não é senão defender que a ciência é uma instância neutra, no que diz respeito as relações, conflitos e mediações sociais, e sendo assim, ao adotar este pensamento enquanto ideologia, estaríamos cada vez mais nos aproximando do método positivista de pensar as relações em sociedade.

No desenvolvimento dos escritos de sua grande obra, Lukács postula que o trabalho é a categoria fundante do ser social, é ele (o trabalho) quem permite a eterna e necessária relação do gênero humano com a natureza (transformação da natureza), ao passo que se desenvolve *no e pelo* trabalho o ser humano adquire capacidades de se relacionar uns com os outros, escolher entre alternativas, de incidir um sobre o outro, o *pôr teleológico secundário* (relação sujeito – sujeito), em Lukács. Sem as posições teleológicas primárias, as secundárias se quer existiriam, portanto, é neste complexo das posições teleológicas secundárias que se situa o campo da ideologia (LESSA, 2015, p. 55). Ao se referir diretamente a Lukács, Lessa defende sua posição devido ao fato de que em Lukács: **A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.** LUKÁCS, 2013, p. 465, grifos nossos).

Neste sentido, a ideologia é para o filósofo húngaro o *hic et nunc* de suas relações em sociedade em determinado tempo histórico, e são por meios destas relações que o ser social desenvolve capacidades subjetivas e objetivas de dar respostas a eles demandadas. Não podemos nos esquecer, que o ser social em Lukács, é um ser que dá respostas necessárias ao seu desenvolvimento e desenvolvimento da sociabilidade dos homens e mulheres. Assim “podemos” refletir que, a ideologia é, um complexo da vida social, fundada no trabalho – modelo da práxis humana –, e sendo assim, a ideologia, possui uma função social em específico, “explicar” as relações em sociedade, interesses individuais e/ou coletivos que podem ou não serem antagônicos, o que a grosso modo, propiciam o surgimento de ideologias. Sustentado por Lukács (2015, p. 45), revela que, o que faz uma ideia tornar-se uma ideologia, é sua capacidade de dar sentido às demandas postas pelas relações sociais em determinado contexto histórico. Lessa (2015) continua suas argumentações e nos explicita que, pensar a ideologia enquanto função social operante e não enquanto falsa consciência não se limita a determinar uma “maior ou menor veracidade de uma ideologia”, pelo contrário, é para que apreendamos a ideologia também enquanto um complexo da vida social que, possui uma função social, como já afirmado. Determinar a maior ou menor verdade de uma ideologia não é o ponto principal dos escritos de Lukács, uma vez que, a verdade não pode ser medida ou provada, é necessário que a entendamos enquanto o contínuo processo de conhecimento (SCHAFF, 1995), enquanto seres sociais inseridos em relações sociais históricas e mutáveis. Lukács (2013, p. 467-8; p. 480-1), sustenta os pressupostos acima levantados:

Porém, verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. Não é difícil perceber isso no plano histórico. A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito

da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes – nesse contexto – como ideologias.

Diante deste contexto, concordamos com Lessa (2015, p.46): “Em suma, o fenômeno da ideologia corresponde a uma necessidade social concreta: a cada momento as sociedades necessitam ordenar a práxis coletiva dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução”. E ao defender tal posição, Lukács vai explicitar que existem formas específicas de ideologia (arte e filosofia) que não intervêm imediatamente nos movimentos sociais, estas possuem o gênero humano como “objeto” de estudo. No que se refere a arte, Lukács diz que é o campo de “evasão” da subjetividade humana, o campo da desfetichização do ser social, é através dela que o homem/mulher “cria” o não existente, *“A arte propriamente dita, a arte autêntica visa desvelar como o homem, vivenciando o seu destino de gênero, alça (...)pode se tornar em longo prazo um elemento indispensável na construção do gênero concretamente humano. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 545-6).* Já em relação a filosofia *“[...] aprofunda as generalizações das ciências, antes de tudo, por estabelecer uma relação inseparável com o nascimento histórico e o destino do gênero humano, com a essência, o ser e o devir humanos” (LUKÁCS, 2013, p. 540),* esta está mais próxima da ciência e são indispensáveis para a reprodução do ser social, não obstante a filosofia questiona o indivíduo, o de onde? Para onde? Quais as origens do mundo? E do próprio ser? Entre outras indagações. Nas palavras do autor:

O desenvolvimento da humanidade de fato produziu tais ideologias, sobretudo na filosofia e na arte. Estas são as formas mais puras da ideologia, na medida em que elas não têm a intenção nem a capacidade de exercer qualquer tipo de impacto imediato e real sobre a economia nem sobre as formações sociais a ela associadas, indispensáveis à sua reprodução social, sendo, contudo, insubstituíveis no que se refere à solução real dos problemas aqui propostos. (LUKÁCS, 2013, p. 538).

Assim como arte e filosofia são formas puras de ideologia, Lukács, diz que o direito e a política são formas específicas de ideologia. De acordo com Vaisman (2014, p. 101), o direito nasce a partir da necessidade de resolver e ordenar os conflitos gerados a partir da organização do processo de trabalho e derivados do processo produtivo, a origem do direito se ao passo que a divisão social do trabalho se complexifica e se diferencia ao longo do processo histórico das contradições geradas entre capital e trabalho, e ao passo que se complexifica, este complexo vai se tornando cada vez mais específico. Em relação ao complexo do direito, Hillesheim (2015) explica que o direito mascara a essência do fenômeno, sua função social constitui-se numa ideologia cujo objetivo é o de alcançar a sujeição de homens e mulheres à estrutura econômica vigente, e em consequência, o encobrimento da luta de classes. Neste sentido, é a partir da perspectiva de totalidade que se pode compreender o direito como ideologia, ou seja, na medida em que o ser social busca respostas a necessidades que se coloca frente ao processo econômico-social, ele orienta sua práxis de

tal forma que dessa orientação possa determinar sistemas ideológicos ou mais precisamente, formas específicas de ideologia. Com os escritos de Lukács (2013, p. 500), explicamos nossas análises sobre o complexo do direito:

No tempo do seu surgimento, o direito tampouco se diferencia essencialmente dessas formas ideológicas. [...].

Seria impossível que o direito se tornasse aquele meio importante para dirimir os conflitos sociais na vida cotidiana das pessoas se ele não pudesse apelar ininterruptamente para as convicções que surgem espontaneamente no plano social sobre os seus próprios conteúdos.

No que se refere a política, Vaisman (2014, p. 106) analisa que a práxis política é a forma pela qual são conscientizados e enfrentados os conflitos que concernem à sociedade como um todo. E por se referir ao contexto social, a política é uma posição teleológica na qual modifica todo um contexto fenomênico de mundo, na qual busca alternativas tanto para a modificação das estruturas sociais, bem como a transformação da sua própria essência. De acordo com Lukács (2013, p. 502), não existe uma sociedade se quer, em nenhum canto, por menor que seja, que não coexistam com questões políticas. Diante deste contexto, o autor nos esclarece:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita. (LUKÁCS, 2013, p. 502-3).

Tem-se aqui a sustentação ontológica da ideologia (LESSA, 2015, p. 137), por ter se fundado *no* e *a partir* do trabalho (relação homem-natureza) a ideologia enquanto posição teleológica secundária tem seu fundamento na transformação das relações entre os seres humanos que vivem em sociedade. E por assumir o caráter de função social operante nas relações sociais entre homens, o complexo da ideologia está fadada ao conflito de interesses e, não obstante, rodeada de alternativas válidas ou não, cabe ao ser social discernir entre quais alternativas seguir, neste sentido a escolha entre alternativas está intrinsecamente relacionada a ações teleologicamente objetivadas e as causalidades naturais, e nesta relação dialética quer queiramos ou não, ocorrerão causalidades. Nos atentemos para o alerta de Lukács (2013, p. 520):

A ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática).

Realizado este movimento de entender o complexo da ideologia em sua perspectiva categorial, passemos agora a analisar o complexo da ideologia no Serviço Social, destaca-se neste tema no interior do Serviço Social os estudos de Yamamoto, Netto, Costa, Tavares,

Faleiros, é sob os estudos dos/das autores/autoras supracitados que sustentaremos a análise que segue.

3. O complexo da ideologia e o Serviço Social: um debate necessário para a sustentação do projeto ético-político profissional

Nos escritos de Iamamoto (1985) está evidenciado que o Serviço Social é uma profissão que se estabelece vinculada a intervir junto aos interesses das classes que dão vida a sociedade capitalista (a classe trabalhadora), a profissão do/da assistente social ao se afirmar enquanto uma especialização do trabalho coletivo tem sua intervenção sustentada nas contradições oriundas da relação *capital x trabalho*, ou mais precisamente de acordo com a autora, no enfrentamento da “questão social”, que de acordo com Iamamoto (2014, p. 68), não é senão as expressões do contexto em que a classe trabalhadora se forma e se desenvolve no interior da sociedade capitalista, na qual demanda do Estado e da burguesia seu reconhecimento enquanto classe. A questão social se manifesta neste sentido ainda de acordo com a autora “no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. Ainda nos escritos de Iamamoto (2014), o trabalho profissional tem seu significado a partir das relações que desenvolve com os sujeitos sociais que demandam seus serviços. “O significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas”. (IAMAMOTO, 2014. p. 215).

O empregador seja ele público ou privado, é quem “define” a que demandas o profissional terá de intervir, mesmo que o/a profissional queira atender as demandas mais emergentes ou a outras demandas que surjam no desenvolver de sua ação profissional, ainda esbarra nos trâmites burocráticos do Estado, falta de recursos, processo de contrarreformas nas políticas sociais, entre outros, tais ditames interferem cada vez com maior veemência no fazer profissional destes/destas profissionais. Assim, a ação profissional sob os nortes institucionais torna-se mais uma convergência das classes demandatárias a um dito acesso as necessidades básicas de reprodução de sua vida, do que realmente uma intervenção profissional para além do acesso aos direitos. Nas palavras de Iamamoto (2014, p. 218), a por estarem na condição de assalariado, a/o assistente social:

[...] seja como funcionário público ou assalariado de empregos privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas.

Em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, Iamamoto & Carvalho (1985), destinam dois itens em específico ao estudo da estrutura político-ideológica da profissão, o primeiro se refere ao Serviço Social e reprodução do controle da ideologia dominante e um segundo intitulado como expansão da profissão e ideologia dominante, analisemos brevemente cada um deles. Quanto ao primeiro *Serviço Social e reprodução do controle da ideologia dominante*, as autoras relatam que algumas considerações devem ser dignas de estudo. O controle social e a difusão da ideologia dominante se expressam enquanto recursos essenciais para a manipulação e obtenção do consenso das classes dominadas socialmente, tendo assim de se adequar a ordem societária em curso. No entanto, é necessário que se explicitem: várias são as ideologias e formas de ver o mundo, e tais convivem, reproduzem-se e se confrontam entre si. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 109). Iamamoto & Carvalho (1985, p. 111), nos chamam a atenção: mesmo que se ressalte que a ideologia seja portadora de tamanha força, a eficácia desta ainda se mostra de maneira limitada, “se encobre as contradições na e para a consciência, não as elimina”. Após realizar uma análise concisa e didática da reprodução da ideologia dominante e suas referidas influências na ação profissional do/da assistente social, Iamamoto & Carvalho (1985, p. 117), chegam à seguinte conclusão:

Essa ação controladora, no entanto, é esvanecida pelo discurso humanista e humanizador acoplado a esse tipo de intervenção, discurso esse mobilizado e incorporado pela própria burguesia e, ao mesmo tempo, sabotado na prática pela subordinação da atividade profissional a um projeto de classe.

Em outro subitem intitulado *expansão da profissão e a ideologia desenvolvimentista*, a autora vai definir desenvolvimentismo como o período em que se buscou a expansão econômica através de medidas continuadas e autossustentadas, era necessário para a ideologia dominante manter um ambiente de paz política, social e de segurança, assim, a ideologia desenvolvimentista definir-se-á a partir do momento em que “todo o esforço de elaboração política e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido”. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 347). No decorrer do processo histórico brasileiro a profissão se institucionaliza no âmbito da implementação das políticas sociais, sejam elas públicas ou privadas, e tais políticas se configuram enquanto formas instrumentalizadas de controle social, elas é quem imprimem a conduta com que os seres humanos devem se adequar “aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985, p. 111). “Longe” de estarmos envolvidos desde o período de planejamento das políticas sociais ainda somos “agentes executores das políticas sociais” como nos lembra Netto (1992, p. 74), ou seja, o/a assistente

social exerce sua profissão diretamente junto à população demandatária, ao “viabilizar” o seu acesso aos direitos.

José Paulo Netto (1992) em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* vem a ser outra referência de peso ao analisar a dimensão ideo-política da profissão. Ao desenvolver seus escritos, Netto defende a tese de que estrutura social da profissão é sincrética: “o sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação”. (NETTO, 1992, p. 92). Ao se referir ainda sobre a tese do sincretismo Netto (1992, p. 92) explicita que três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: “o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e sua modalidade específica de intervenção”. Mais à frente no mesmo texto, Netto (1992, p. 108) vai deixar claro que a o sincretismo ideológico acompanhou toda evolução histórica do Serviço Social, desde “suas protoformas aos seus estágios profissionalizados mais desenvolvidos e especializados”. De acordo com Iamamoto (2014, p. 273):

Após caracterizar o sincretismo no Serviço Social nos termos antes assinalados, Netto (1992) desdobra-o nos níveis da ‘prática indiferenciada’, do ‘sincretismo científico’ e do ‘sincretismo ideológico’. O acervo da produção especializada, que tem na profissão o objeto central de reflexão, as análises de Netto (1992) acerca do ‘sincretismo ideológico’ – focando a trajetória da influência conservadora europeia e norte-americana na cultura profissional – e acerca do ‘sincretismo científico’ – abordando o embate teórico-metodológico entre as ciências sociais e a teoria social – são, sem sombra de dúvidas.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács* (1999), Gilmaísa Costa entra no debate do complexo da ideologia e Serviço Social. A autora vai enfatizar que a ação profissional do/da assistente social possui uma materialidade distinta de outros profissionais, uma vez que sua intervenção incide sobre um elemento social e não natural, neste sentido a mesma retorna ao núcleo de fundamentos da formação profissional, e que o “objeto” da ação profissional, os problemas e respostas que se apresentam a este profissional emergem no interior das relações em sociedade. Costa (1999) sustentada pelos escritos de Sergio Lessa defende a tese de que o Serviço Social deve ser entendido enquanto posição teleológica secundária, pois o “resultado” fim de seu processo de trabalho não cria uma mercadoria que podemos manipular, tocar, etc., ou seja, a ação profissional do/da assistente social não transforma a natureza.

Diante de tais argumentos, ao situar o trabalho profissional no âmbito das relações em sociedade Costa (1999) define o Serviço Social enquanto manifestação da ideologia, em suas sustentações a autora assevera que:

Numa primeira aproximação à problemática do Serviço Social como ideologia, o vínculo entre o Serviço Social e a questão social conduz a uma identificação desta

profissão como uma ação voltada à resolução de conflitos de interesses entre os homens, que se expressam no cotidiano mais imediato.

Além disso, o aparecimento dessa profissão determinado pela complexificação de produção material e pela acentuação da divisão social do trabalho na formação social capitalista, vinculada às ações do Estado, são indícios muito fortes na caracterização do Serviço Social como complexo ideológico restrito. Entretanto, isso merece um tratamento cuidadoso para não incorremos em conclusões precipitadas. (COSTA, 1999, p. 103).

Nota-se na passagem acima um polêmico debate: situar o Serviço Social enquanto ideologia restrita. Em Costa (1999, p. 104), o campo dos complexos ideológicos restritos se situa na “barreira” entre as atividades econômicas e os mais variados interesses que emergem no seio da sociedade de classes, este vem a ser o motivo de Costa (1999) situar o Serviço Social enquanto ideologia, uma vez que sua ação profissional se direciona a responder as demandas que emergem no bojo da relação entre capital e trabalho.

O processo de reestruturação produtiva ocorrido entre os anos de 1970/1980 não rebateram apenas sobre a organização do trabalho, mas também no Estado, implicando deste modo numa “nova” concepção de política, a política neoliberal. O Estado, sob este viés político “se torna” burocrático, ineficiente e ineficaz em suas ações de intervenção e regulação da sociedade. Tem-se neste contexto a evocação do setor privado como único possuidor de uma racionalidade capaz de proporcionar o crescimento econômico, obedecendo as normas impostas pela política em comento do “livre mercado”. No campo da política, o ideal neoliberal induz a hegemonia e poder da burguesia ao reduzir a participação dos demais setores da sociedade a uma “mera” participação nos processos eleitorais burgueses, tem-se neste contexto uma redução da concepção de democracia, a “liberdade” de todas e todos os cidadãos e cidadãs de votar e ser votado. Outro grande discurso que está na ordem do dia desde então, principalmente na atualidade brasileira, pós aprovação da PEC 55¹, é a chamada necessidade de cortes nos gastos públicos sob a justificativa da crise fiscal do Estado. Para Soares (2002, p. 34):

[...]. O *ajuste neoliberal* deve ser entendido não apenas como medidas de caráter exclusivamente econômico, mas também como um projeto global para a sociedade – com políticas articuladas em todos os âmbitos, inclusive o social.

Deste modo, joga-se a culpa de tal crise sob a proteção social, ou mais precisamente, sobre o Estado de bem-estar social (*Welfare State*) que nos países latino-americanos nunca veio a existir. Porém como é sabido, este discurso não é senão uma forma de diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e favorecer o crescimento do setor privado nos setores da educação, saúde, previdência, habitação, transporte, etc. Em termos gerais,

¹ De acordo com matéria veiculada pela Carta Capital no dia 31/11/2016, a proposta limitará gastos drásticos no setor público nos próximos 20 anos e o efeito mais drástico “será uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, os únicos da proposta que exigem uma mudança da Constituição. Haverá grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados nas duas áreas”.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

engendra-se um discurso onde a culpa pelo “fracasso” da situação em que se vive é única e exclusiva do indivíduo, e é ele quem deve buscar os caminhos para tal superação, não importando os meios, e como podemos perceber os meios a serem ofertados se encontram no setor privado. Nas palavras de Soares (2002, p. 40), cabe lembrar que:

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma ‘racionalidade’ e uma ‘vocação’ capazes de levar ao crescimento econ mico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse.

Neste sentido, em tempos de privatiza o das políticas sociais, há uma tendência das a o es profissionais do/da assistente social de se tornarem imediatistas e despolitizadas, caminhando para uma forma de assistencializa o da pobreza. Concordamos com Netto (2015, p. 168) quando analisa que: o Serviço Social na atualidade se depara frente a um “caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas”, “imprimindo” práticas cada vez mais múltiplas, forma o es diferenciadas.

4. Considera o es finais

Acreditamos que no meio de tantas adversidades os princípios e deveres contidos em nosso Código de  tica de 1993 e Lei de Regulamenta o da Profissão devem ser observados e defendidos, bem como a dire o profissional do nosso projeto  tico-político profissional na qual nos “indica” caminhos ao exercício da profissão sob o prisma da teoria social crítica, com vistas não são a universaliza o do acesso aos direitos, mas também na constru o de outro projeto de sociedade, onde a emancipa o humana está no horizonte. O complexo da ideologia sob nortes neoliberais “não mais” se assume enquanto fun o social, mas sim, enquanto “falsa consciência” do real.

Estamos convencidos de que os/as assistentes sociais enquanto classe trabalhadora e em conjunto com os demais setores oprimidos da sociedade devem atuar na luta contra quaisquer formas de regressão nos direitos sociais e políticos. **“Nenhum direito a menos! Essa luta   nossa,   da classe trabalhadora!”**²   o grito que deve evocar e ganhar as ruas nesses tempos tempestuosos de governo neoliberal e golpista, que a cada novo raiar de sol busca retirar os direitos sociais a muito conquistados pelas mãos descarnadas de um povo que, mesmo com todas as dificuldades, jamais ousou se retrair na luta pela conquista de direitos.

² Campanha difundida pela gestão do CFESS 2014/2017 Tecendo a luta a manhã desejada. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1236>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

5. Referências Bibliográficas

- EAGLETON, T. Ideologia. Uma introdução/Terry Eagleton; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- COSTA, G. Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács (1999). http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10015/arquivo9337_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- IAMAMOTO, V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.
- HILLESHEIM, J. Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo. 693 p. Tese de doutorado- Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis. 2015.
- KONDER, L. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- _____. Marx: vida e obra. 3 ed. – São Paulo. Expressão Popular, 2015.
- LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. 4ª Edição. Instituto Lukács. São Paulo, 2015
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- _____. Para uma ontologia do ser social II. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 6ª ed. – São Paulo, Cortez, 2007.
- _____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo. Cortez, 2015.
- MARX, K. Manifesto comunista. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. A ideologia Alemã. Trad. Álvaro Pina. 1ª ed. – São Paulo: expressão popular, 2009.
- SOARES, L. T. Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. 2 ed. – São Paulo, Cortez, 2002 (Col. Questões da nossa época; v. 78).
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. In: ALCANTÁRA, N. e COSTA, G. (Org.). Anuário Lukács 2014. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.